

A ATIVIDADE TURÍSTICA SOB O ENFOQUE DA PEDAGOGIA SOCIAL

TOURIST ACTIVITY UNDER THE FOCUS OF SOCIAL PEDAGOGY

Kerley dos Santos Alves 1

Resumo: Esta comunicação reflete a articulação do binômio turismo-educação, o papel da educação no turismo e vice-versa, sob o enfoque social, apresenta breve relato sobre o projeto “Valorização e capacitação técnica de jovens e mulheres para o turismo” e da importância para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foi realizada pesquisa bibliográfica e análise dos relatos de experiências no projeto. Os arcabouços da pedagogia social possibilitaram a construção de diálogos interativos entre os saberes sobre e para a comunidade participante; um modelo metodológico de intervenção em educação social, com aprendizagens não formais para um turismo humanizado. Os resultados apontam a importância da Pedagogia Social na educação não escolar como instrumento de inclusão, socialização, lazer e fortalecimento do sentimento de pertença da comunidade. Apresenta-se uma nova concepção de turismo que amplia o espaço do consumo turístico em espaço de educação intra e extraclasse na valorização da cultura local.

Palavras-chave: Educação não-formal. Turismo. Comunidade.

Abstract: This communication reflects the articulation of the binomial tourism-education, the role of education in tourism and its role in education, from a social perspective, presents a brief report on the project “Valorization and technical training of young people and women for tourism” and the importance for the inclusion of people in situations of social vulnerability. Bibliographic research and analysis of the reports of experiences in the project were carried out. The frameworks of social pedagogy enabled the construction of interactive dialogues between knowledge about and for the participating community; a methodological model of intervention in social education, with non-formal learning for humanized tourism. The results show the importance of Social Pedagogy in non-school education as an instrument of inclusion, socialization, leisure and strengthening the feeling of belonging to the community. A new concept of tourism is presented that expands the space of tourist consumption in a space of intra and extra class education in the valorization of local culture.

Keywords: Non-formal education. Tourism. Community.

Introdução

Em contraste com estruturas que reproduzem, irremediavelmente, a ordem social existente, a instituição de ensino abarca precisamente, a prática social que ocorre em diferentes espaços, formas e com diferentes atores sociais. Futuros alternativos devem ser almejados, tendo em conta que a educação pode ser compreendida como uma ferramenta do convívio social, cuja funcionalidade é pautada desde o âmbito mais pessoal de um cidadão até instituições e iniciativas culturais com a qual este interage (Lei n. 9.394, 1996). De fato, é um dever primordial das universidades despertar e assumir um compromisso ético para a cidadania, para as relações sociais, para a vida em seu aspecto político, moral, cultural e crítico.

Por meio da extensão universitária e da atuação conjunta da comunidade em atendimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania de Ouro Preto, constituída de jovens e mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade social indicadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS-OP) e Abrigos, abre-se espaço para o trabalho social e educativo na complexidade do real. À vista disso, a pedagogia social pode ser facilitadora na construção do diálogo de saberes com a comunidade receptora, a protagonizar um processo de inserção de um turismo humanizado.

De acordo com Martins (2014) a pedagogia 'do' e 'para' o turismo situa-se no âmbito das ciências sociais e humanas e, especialmente na das ciências da educação. Insere-se nas 'pedagogias de baixa densidade' (rede social/sistêmica de ação dos indivíduos no seu cotidiano), integra o encontro, a convivência, patrimônio, a comunidade cidadãos, a multiculturalidade, a intergeracionalidade, o consumo, a urbanidade, etc. Assim, o campo de intervenção e do saber pedagógico sobre o turismo incide também na educação para a paz, na defesa do meio ambiente e na harmonia e solidariedade entre as pessoas.

O propósito do projeto foi capacitar jovens e mulheres para atuar no *trade* turístico e se fundamentou nos princípios essenciais da hospitalidade, da autonomia, dos direitos humanos, da solidariedade e no respeito às diferenças. A tentativa está em elaborar uma revisão crítica de conceitos fundamentais como: turismo, inclusão e pertencimento, a partir dos quais se pode vislumbrar hoje os desafios da educação, em particular do enfoque social, bem como, discutir acerca da experiência vivenciada no projeto "Valorização e capacitação técnica de jovens e mulheres para o turismo" e sobre a importância desses espaços para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A nossa argumentação assenta no aprofundamento reflexivo dos elementos da tríade: turismo, pedagogia social, comunidade. A metodologia empregada baseia-se numa pesquisa de cunho bibliográfico por meio do mapeamento da literatura produzida no âmbito da temática abordada, além dos relatos de experiências que são fruto desta vivência.

A Inclusão Social no Turismo de Base Local

A concepção de exclusão social é inseparável do conceito de cidadania e se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir dos benefícios e bens produzidos por ela. Com base no Plano Nacional do Turismo (PNT), o Ministério do turismo (MTur) segue um modelo de gestão descentralizado, buscando a inserção e participação pública e privada na atividade turística, mas baseia-se principalmente em um pensamento estratégico, implantando ações voltadas principalmente para o *trade* turístico. Ao analisar os objetivos dos PNTs de 2003 e o atual 2013-2016, pode-se concluir que o PNT há muito não vem oferecendo uma contribuição efetiva para o desenvolvimento da gestão social do turismo. Assim como, de modo geral, o desenvolvimento social à partir de atividades turísticas tem o elemento humano tratado de forma superficial e a ideia de desenvolvimento humano atrelada a resultados socioeconômicos decorrentes dos empreendimentos no campo do turismo.

De acordo com Williams (1998) os impactos negativos de âmbito social, cultural e econômico podem ser classificados a partir de cinco grandes efeitos: a) a comercialização cultural; b) a minimização do valor atribuído às práticas culturais tradicionais; c) o aumento de tensões entre estilos de vida de visitantes e visitados; d) a emergência de novos padrões de consumo; e) a evidência de processos antissociais.

A despeito disso, um desenvolvimento local por meio do turismo se dá por meio de

cinco objetivos de compatibilidade problemáticas: a preservação e a conservação ambiental, o reconhecimento e a valorização da identidade cultural, a geração de ocupações produtivas e de fontes de renda, o desenvolvimento participativo e melhoria na qualidade de vida. (BENEVIDES, 1997). Embora exista um certo nível de dificuldade em atender igualmente os interesses de todos os setores envolvidos na atividade turística, uma vez analisado atentamente, é teoricamente possível identificar formas diretas e indiretas de fazer com que os benefícios do turismo possam ser distribuídos entre os diversos setores, permitindo que os impactos (tanto negativos quanto positivos) no destino sejam compartilhados a forma que a localidade se desenvolva por meio do mesmo. Isto nos leva a debater sobre as formas utilizadas na gestão pública do turismo, sabendo que planejamento estratégico do turismo com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável capaz de contribuir para a mudança de base comunitária, passa a ser também concebido como uma atribuição do Estado por via da inclusão do setor na política econômica nacional (FERREIRA, 2008).

Em alternativa, existem outras possibilidades sendo desenvolvidas e executadas por setores privados e públicos que estão, diretamente ou indiretamente, contribuindo para o desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC) em sua região. No que tange o desenvolvimento local, as ações partem dos interesses de seus habitantes e consideram suas capacidades, competências e habilidades, conforme enfatizado por Ávila (2000):

O desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ – portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica –, no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito. (ÁVILA, 2000, p. 68).

Na articulação entre as esferas educativa e social contidas no processo participativo dos atores envolvidos na atividade turismo para o desenvolvimento local, são convocados, nessa medida, a necessidade da qualificação sociopedagógica, sobretudo no âmbito de competências de trabalho. Uma dessas possibilidades emerge a partir da capacitação técnica, adotada nas premissas do projeto “Valorização e capacitação técnica de jovens e mulheres para o turismo”. Desse modo, é esperado que o turismo possa contribuir para a redução das vulnerabilidades tradicionalmente sentidas em cidades turistificadas e que vão ao encontro de necessidades socioambientais, econômicas e culturais, implicando um envolvimento participativo, incluindo dos grupos minoritários, e eventualmente excluídos.

Pedagogia Social: Senso de Comunidade e Participação

As contribuições teóricas de Célestin Freinet, Antón Semiónovich Makarenko, Paulo Freire, Antônio Carlos Gomes da Costa e Boaventura Sousa Santos evidenciam o enfoque social que seus projetos político-pedagógicos, quando traduzidos em princípios e práticas educacionais, convergem para uma ideia de educação humanista e emancipadora.

Para Santos (1996) a educação deve, portanto, voltar-se para a compreensão e apreensão do mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural. Ora, os princípios da inclusão e interculturalidade estão enraizados na relação “educação e turismo”, em um processo contínuo de interação multidimensional entre sujeitos e a situação em que estes se encontram; segundo Colom

e Gonzales, (1993), se por um lado, está a formação para o turismo, por outro, os conteúdos e os aspectos educativos para o Turismo.

Na interface do social unido à pedagogia institui-se o espaço vivo, dinâmico em contínua transformação, permeável e relacionado com a cultura e a educação. De acordo com Colom (1987 p. 17) a pedagogia social (PS) constitui uma ciência pedagógica e social, inserida historicamente dentro do estatuto científico da pedagogia. Seu escopo referencial é formado por processos educativos que dão ênfase ao desenvolvimento da sociabilidade dos sujeitos; a indivíduos ou grupos em situação de conflito social; a uma cidadania mais ativa e participativa portanto, trata-se de uma disciplina pedagógica, ou, se se prefere, uma das ciências da educação. Isto quer dizer que o que chamamos pedagogia social pertence à ordem do conhecimento, do discurso, é, pois, um conjunto de saberes, sejam teóricos, técnicos, experienciais, descritos ou normativos, mas saberes que tratam de um objeto determinado. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003).

É nos meandros da participação que a educação social se estabelece como modos de socialização, pertencimento e inserção. Para Colaço (2008), a participação está intimamente ligada aos debates sobre a natureza humana e a organização da sociedade que, por vezes, essa questão pode ser entendida mais como prioridade econômica do que social. Enquanto unidades sociais vivas, as comunidades interagem com o seu exterior, ou seja, terão que ser comunidades hospitaleiras e aprendentes. Nessa acepção, acolhemos a noção de comunidade ética tal como é defendida por Zygmunt Bauman, (2003, p.68), considerando que as comunidades “são tecidas de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista podem ser considerados como variável do planejamento estratégico. Como enfatiza Azevedo (2007, p.32) “o grande tesouro de uma comunidade está no seu capital humano e social, na forma como os seus membros se relacionam e se valorizam mutuamente”. Constituem lugares relacionais por excelência e convocam formas de organização local, densidade das suas relações e estabelecimentos de laços sociais existentes e ou potenciais podem configurar como “redes de atores sociais”, as quais dar atenção ao papel dos “atores” e das suas formas de participação comunitária conforme destacam os autores Lemieux e Ouimet (2008), Caballo e Villar (2001), Hannerz (1985), Mela (1999).

Neste sentido, a noção de ator surge associada à noção de participação, reconhecendo que todos os sujeitos-atores possuem o direito e o dever de participar ativamente na dinâmica de desenvolvimento da localidade em que estão inseridos.

No turismo, são contraditórias as abordagens de participação das comunidades locais, essas, foram concebidas durante um longo período de tempo, unicamente como mão de obra. Considerava-se que os benefícios da atividade turística revertiam para as populações locais sob a forma remuneratória ou complemento da renda, transformando-as em simples beneficiárias. Nessa ótica, a atividade turística pode ser vista como uma ameaça potencialmente marginalizadora para as comunidades.

Entretanto, com a evolução das formas de abordar a questão, ainda que timidamente, passou a atribuir-se e reconhecer-se capacidades múltiplas, susceptíveis de ser potencializadas com o desenvolvimento do setor por meio do estímulo à participação, criticidade e a aquisição de protagonismo.

O debate e a aprendizagem em torno do desenvolvimento e da participação saem reforçados à medida que se “viaja, que se navega entre contextos” (WENGER, 2008). Nesse contexto, a pedagogia social crítica implica a construção de abordagens alternativas da ação, conhecer a realidade concreta como um ponto de partida necessário, e até inevitável, do ato pedagógico.

O fato de não existir “um passe de mágica” ou “fórmula milagrosa” para a ação participativa e a evidente ligação dos sucessos com a vontade individual cria a dependência técnica e metodológica de algumas destas práticas, depositando se os fatores de sucesso na possibilidade de mudança de comportamentos e atitudes, o mesmo será dizer, na adoção de estratégias de formação na/para a participação. (COLAÇO, 2008 p. 75)

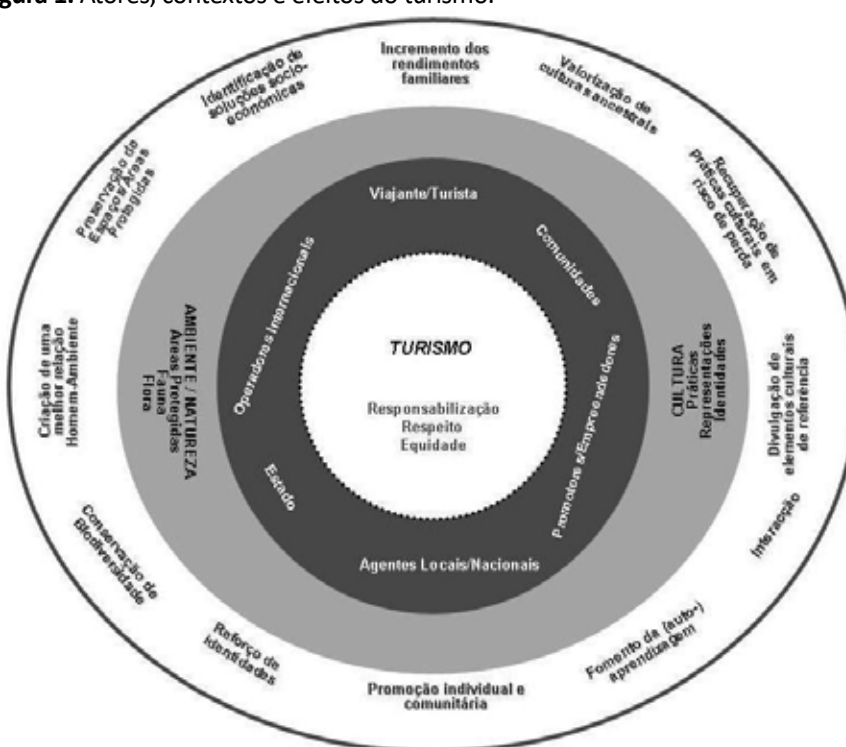
Nesses termos, o arcabouço da pedagogia social se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A Pedagogia Social, no Brasil, tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, sensível à dimensão da sociabilidade humana, se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. (CALIMAN, 2010). Em especial, o pensamento de Freire marcou uma emergência de novos modelos de interação pedagógica e de ação social com “participação e mobilização de grupos humanos e classes sociais, antes postos à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou re-colonizadas ao longo de seus processos” (BRANDÃO, 2006, p. 25). Ele promoveu processos de “alimentação” da consciência crítica das pessoas acerca de seu papel no mundo e acerca das estruturas de poder na sociedade.

Só os indivíduos e organizações que tenham uma capacidade de agir de forma autônoma podem realmente participar nestes processos de desenvolvimento – *empowerment* individual e *empowerment* comunitário (NINACS, 2002, p 21). Tratar do tema turismo na extensão universitária é a possibilidade de socializar o conhecimento, articular a teoria com a prática e estreitar laços entre a comunidade e a universidade.

Conforme Silva (1996), a extensão universitária atua na realidade como interventora, a universidade, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. Nesse entendimento e em coerência com o que o alinhamento da troca de saberes, está a regulação sociocomunitária com base das relações de pertencimento, de hospitalidade e de liberdade. De modo que as comunidades locais se assumam como espaço de desenvolvimento de verdadeiras culturas sociais de aprendizagem, alicerçando os processos de capacitação subjetiva das pessoas em “lugares de solidariedade ativa onde seja possível partilhar memórias, sonhos e afetos, funcionando como *hóspedes uns dos outros* que o mesmo é dizer como *aprendentes uns dos outros* ao longo da vida” (BAPTISTA, 2008 p.37). A educação não formal ocorre “[...] ‘no mundo da vida’, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente por intermédio de espaços e ações coletivas cotidianas” (GOHN, 2016, p. 60).

Destarte, na perspectiva do turismo a localidade se estabelece em variados contextos, como cenário socioeconômico e cultural, conforme apresentado na figura1, assente na mobilização dos atores sociais, importa entender como se tecem as interações entre diferentes interesses, diferentes racionalidades, diferentes poderes e diferentes estratégias.

Figura 1. Atores, contextos e efeitos do turismo.



Fonte: Adaptado de Estudos Internacionais, Brito (2012).

Nesse sentido, ações voltadas à capacitação e *empowerment*, isto é, a valorização da autoestima, incentivo ao desenvolvimento de competências cognitivas, relacionais, comunicacionais e, sobretudo, consciência crítica são propostas no projeto “valorização e capacitação técnica de jovens e mulheres para o turismo. Nesses termos, a atividade turística tem-se revelado como uma alternativa ao desenvolvimento local, de forma a viabilizar o aumento dos rendimentos e, conseqüentemente, da capacidade de consumo das famílias. Pressupõe, ainda, a dinamização de outros setores da economia, o que pode representar possibilidade de empregabilidade, incluindo a criação de emprego, a reconversão profissional, a aquisição de competências por via da formação funcional. Em contrapartida, apesar da importância que o setor reveste, diante das elevadas expectativas de contínuo e sustentável desenvolvimento, se não existir uma gestão adequada a atividade turística pode despontar de forma prejudicial, gerando efeitos ambientais perversos às localidades, pondo também em causa elementos referenciais e identitários das populações locais.

Metodologia

Neste tópico são apresentados o histórico da instituição, e as etapas e experiências vivenciadas no decorrer das atividades. A concepção metodológica foi inspirada na possibilidade da inserção na articulação entre percepção do lugar e turismo no processo de ação-reflexão-ação, numa via de mão dupla, aprendizagens para os coordenadores e para os participantes do projeto. Assim, a proposta do turismo na práxis educativa em questão, visou desenvolver um processo de intervenção que contemple ações concretas que possibilitem a todos os participantes, conjuntamente, construir instrumentos que lhes permitam aprendizagens significativas no intuito de um outro olhar sobre o ambiente no qual estão inseridos e o incentivo de apropriação do lugar. Além da pesquisa bibliográfica foi adotada a metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar e interdisciplinar, pautada em oficinas temáticas sobre percepção, turismo, meio ambiente, cidadania e inclusão.

Em relação à pedagogia social, vale ressaltar a escolha pela pesquisa participativa:

Deveríamos evocar, então, a realidade social concreta de experiências como: a ação não-violenta, a resistência étnica e popular à colonização, os movimentos populares, a educação popular e a teologia da libertação. Pois, é na esteira do pensamento e da ação de pessoas como o Mahatma Gandhi, Franz Fanon, Paulo Freire, Camilo Torres, Gustavo Gutierrez, João Bosco Pinto, Leonardo Boff e Orlando Fals Borda, que, em pelo menos três continentes, o Terceiro Mundo [sic] difunde algumas práticas de participação popular como formas originais e contestatórias, diante das diferentes propostas de desenvolvimento social agenciadas desde a Europa e os Estados Unidos da América, vistas, no mais das vezes, como novas versões de antigas práticas sociais de vocação neo-colonizadora. (BRANDÃO, 2006, p. 28-29).

Partimos da contextualização do panorama atual do público atendido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania (SMDSHC). Visto que, o projeto, com enfoque no turismo, foi realizado em parceria com a SMDSHC a fim de atender à uma demanda da Secretaria, qual seja, a capacitação profissional de Jovens dos Abrigos Institucionais e Mulheres, expostas a situações de ameaça e violação de direitos e em situação de risco social e/ou vulnerabilidade, e estão em atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Entendendo a vulnerabilidade sob diferentes perspectivas, sejam elas: desigualdades sociais, problemas estruturais, falta de oportunidades, por isso, a necessidade de ações que auxiliem na construção de políticas públicas relacionadas àqueles em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, se faz importante discorrer sobre o papel da SMDSHC- OP a fim de compreender esse público como sujeitos de direitos e atores em seu processo de desenvolvimento.

Ações da Assistência Social e o Público participante

A Assistência social como uma função de governo, resgata o direito da cidadania, e é algo novo na administração pública, há pouco tempo, o que existia era uma forte presença do assistencialismo. Surgiu então, em dezembro de 1993 a lei orgânica da Assistência Social, que transformou as ações sociais em um compromisso do poder público com o cidadão. Em seguida, em 2005, foi implementado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para responder a essa demanda de serviços, de um lado, cuidar das pessoas quando estão saudáveis, para que não fiquem fragilizadas, num processo preventivo com a cobertura da proteção básica ofertada nas unidades dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e de outro, tratando das pessoas com seus direitos já violados, e da recuperação de sua cidadania, de sua reinserção e promoção social, pela proteção especial ofertada na unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Dentre as atribuições, destaca-se: Executar a política municipal do Desenvolvimento Social, de Assistência Social e Cidadania; Articular-se com entidades ligadas ao setor no Município; Desenvolver programas e projetos de cunho social que visem melhorias no tocante à habitação, à infância e adolescência, à geração de emprego e renda, aos portadores de necessidades especiais, aos idosos e à mulher; Incentivar a prática da cidadania através de intensa articulação com ONGs, escolas, igrejas e outras organizações da sociedade civil, entre outras atividades.

Frente aos diversos públicos e às diversas situações a que se direciona a oferta do serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é importante atentar-se que alguns grupos são particularmente mais vulneráveis a situações de ameaça ou violação de direitos, a exemplo de crianças, adolescentes e pessoas idosas, em função do ciclo de vida; mulheres, em função das relações de gênero historicamente construídas; e pessoas com deficiência em situação de dependência, em função de barreiras sociais vivenciadas nos contextos familiares, comunitários e sociais. No caso dos adolescentes que chegam à maioridade vivendo em abrigos é necessário prepará-los para superar a ausência da família, os vínculos frágeis ou inexistentes, proporcionando-os um futuro promissor e de oportunidades. A lei diz que, durante o período de acolhimento institucional, quando não é possível devolver o jovem à família ou encontrar uma família substituta, no caso da adoção, as instituições precisam preparar o acolhido para sair do abrigo. Esse processo de desligamento deve ser gradativo, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização e a educação.

Dessa maneira, a presente proposta tem o objetivo de proporcionar uma saída digna do jovem que completa 18 anos, fornecendo uma estrutura emocional, econômica e psicológica para superar os obstáculos e situações adversas, além de suprir suas necessidades básicas como moradia e alimentação.

No que se refere às mulheres atendidas pela Política de Assistência Social, o objetivo é de promover ações capazes de auxiliá-las na busca de sua independência financeira e emocional.

Os jovens e mulheres participantes do projeto estão diante de situação associada ao desemprego, dificuldade de inserção social, violência, abandono, enfermidade entre outros. Os estudos, observações, atividades e ordenamentos atuais dos espaços apropriados pelo turismo tendem a considerar como objeto de sua atenção apenas os trechos do espaço em que o turismo se manifesta concretamente, ou seja, apenas onde o turista é visível e atuante. Isto nos leva a considerar a necessidade de ampliação dos limites dos territórios - rede do turismo, com a inclusão daquela área periférica responsável pelo fornecimento de insumos e, principalmente, de mão-de-obra para as empresas produtoras e fornecedoras de serviços turísticos.

Uma das formas de ampliar tais limites é a apropriação do espaço destinado ao turismo pela comunidade, incentivando a realização de programas que desenvolvam o sentimento de pertencimento e incluindo os mesmos no processo relacionados à gestão social da atividade. Os estudos do turismo, assim considerados, procuram basear-se em uma linha humanista, a qual, encontrando fundamentos na Fenomenologia, valoriza as experiências do homem em seu meio ambiente e nos lugares visitados e, de modo especial, busca desenvolver a ideia do sentido de pertencer. (XAVIER, 2004).

A seguir, são abordadas algumas considerações relacionadas aos pontos de contato entre as macro transformações sociais, políticas, econômicas e as micro relações interpessoais, que forjam

formas de apropriação da cidade pelos participantes do projeto “Valorização e capacitação técnica de jovens e mulheres para o turismo.

Aprendizagens e Apropriação Local: Valorizar e Capacitar Pessoas

Ao proporcionar a interação e a transformação da realidade social, pela via da Extensão Universitária, esta proposta abrangeu atividades culturais, sociais e econômicas, sem desconsiderar os valores das comunidades participantes. Também é evidente que não pode haver uma ação fora da dimensão das realidades locais, tal como não pode deixar de haver uma implicação das pessoas, desapodera o caráter assistencialista e são afloradas ações socioeducativas as quais, tangenciam correntes de pensamento que mobilizam as iniciativas e os atores locais, tais como a economia solidária e o desenvolvimento local (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010), modelos alternativos de desenvolvimento da atividade turística.

Buscou-se por meio de diferentes linguagens construir aprendizagens, a partir de um processo crítico-reflexivo por meio de vivências e práticas interdisciplinares semanais, de forma lúdica por meio de leituras, contação de história, produção textual, desenhos, jogos educativos, dinâmicas, músicas, estudos do meio, visitas técnicas, oficinas, entre outras. Concomitantemente, as atividades foram divididas em dois módulos: integrador e específico. Em conjunto com os profissionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, foi feito um diagnóstico por meio de pesquisas observacional, qualitativa e quantitativa, em cada um dos públicos atendidos. Posteriormente, foram iniciadas as ações para capacitação nos dois módulos, foram realizadas atividades expositivas, atividades práticas, oficinas, palestras e visitas técnicas, realizados com a participação voluntários.

De modo geral, consistiu em uma modalidade de ensino complementar e transversal, com o objetivo de oportunizar processos de formação integral aos participantes, aportando conteúdos e vivências que favoreceram a reflexão crítica, a autopercepção, o resgate da autoestima, o espírito de cooperação, a troca de experiência, as manifestações culturais, o respeito às diferenças, entre outros conceitos. As experiências extensionistas em Pedagogia Social com base em Caliman (2010), privilegiaram a dimensão praxeológica de sua aplicação, seus embates, instituições e sujeitos contemplados por essa vertente pedagógica. Englobou uma perspectiva multidisciplinar, por meio de uma metodologia lúdica, participativa, não-formal a fim de oportunizar o aprendizado e desenvolvimento cultural dos participantes, considerando as experiências de vida dos participantes, expressividade e criatividade, por meio das atividades efetivadas (Oficinas de Expressão artística, Atividades Lúdicas, Oficinas com temas transversais: saúde, sexualidade, drogas, gênero, violência doméstica, identidade e relações interpessoais).

O módulo específico priorizou a formação técnica, considerando, assim, a posterior inserção das mulheres e jovens, a partir das demandas socioeconômicas e das características do *trade* turístico local. A capacitação técnica consiste em fornecer conhecimento técnico, por meio de instrução e treinamento teórico e/ou prático, para permitir que uma pessoa, ou grupo de pessoas, se tornem capazes de realizar efetivamente determinada atividade ou função. No projeto, foram efetivadas palestras e oficinas instrucionais para que os participantes obtivessem conhecimento técnico geral, aplicáveis aos vários setores da atividade turística em que poderão atuar, também para obter experiência na preparação de artigos e produtos artesanais que poderão ser utilizados para a futura geração de renda. Oportuno registrar que foram considerados cursos de capacitação, livres e devidamente enquadrados nos eixos tecnológicos a que pertencem. O conteúdo ministrado foi elaborado contemplando as competências profissionais do mundo do trabalho que foram vivenciadas, com foco no perfil profissional, promovendo situações que levaram o participante a aprender a pensar, a aprender a aprender, a mobilizar e articular - com pertinência - conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade.

Para Freire (1983, p. 96), ao destrinchar o processo educacional, reconhece a importância de tornar toda e qualquer experiência pessoal relevante, a fim de que todo ato se torne consciente e crítico. Ao posicionar o indivíduo no centro deste processo e não como um pacote de informações, a natureza, o meio ambiente e o mundo, real cenário de suas experimentações e vivências, têm relevância primordial como meio capaz de despertar tal consciência.

Da mesma forma, o projeto contribuiu para reforçar os laços solidários entre os sujeitos

atores (79%) responderam que firmaram relações e puderam interagir com outros moradores e para a integração de grupos vulneráveis, entre os quais, tiveram frequência integral os jovens (53 %) e as mulheres (80%). Do ponto de vista cultural, as atividades do projeto contribuíram para estimular a aumentar a visitação ao patrimônio da cidade (67%) mencionaram terem feito turismo na cidade, quanto a participação nas atividades culturais e artísticas, em especial festival de inverno (60,2%) disseram ter participado de pelo menos uma atividade da programação e visitação ao patrimônio da cidade (50%). Quanto ao aspecto econômico financeiro foi mencionado o incremento dos rendimentos familiares (45%), sobre o enfoque educativo foi destacada a valorização da cultura (70%) e incentivo à auto-aprendizagem e interação (67%).

No que tange a percepção dos participantes acerca das ações realizadas, a fala dos sujeitos autores é particularmente reveladora, denunciando o interesse em participar do projeto e a existência de práticas regulares de relação, de comunicação e de partilha de recursos, ainda que estas práticas sejam concretizadas em registro informal ou seja, as práticas de conhecimento e de reconhecimento entre autores tendem a ser circunstanciadas, conforme é patente nos fragmentos que se seguem:

Eu nunca tinha entrado aqui (universidade) para falar a verdade, eu achava que não é lugar pra mim. Sobre o turismo odiava morar em uma cidade turística porque ela tem mais coisas, muito mais, para os de fora que os de dentro, mas, a participação no projeto estou pensando que a cidade é minha também e de passar a gostar dela e lutar para que melhore. Eu quero muito, tô (sic) com muita vontade de voltar a estudar e aprender mais aqui. (participante A. T., 45 anos)

É a primeira vez que entrei nesses museus, gostei, eu passo em frente mas nunca tinha entrado, já falei em casa que os irmãos venham conhecer, também. (participante G.K.L, 17 anos)

Eu nunca ia no (sic) centro da cidade, nesses lugares... tipo museu porque ali na praça via sempre os turistas, achava que era muito caro entrar e morador não podia. (participante D. A. S., 15 anos)

Gostei das oficinas de artesanato e turismo, já tenho encomendas e com a renda posso ajudar em casa. (participante L.E, 42 anos)

Voltou a vontade de estudar, História ou Gastronomia. Casei nova e muito depois dos filhos, já na escola, eu voltei a ter minha renda, eu faço doces caseiros. Gosto de ler e saber a história da cidade, o que eu aprendo no projeto me faz valorizar mais as coisas que temos no quintal, nos produtos e ingredientes para atender meus clientes e os turistas. (participante F. L. S., 35 anos)

Aprendi a ouvir e também contar histórias, fazer atividades manuais, gostar de mim, valorizar mais a minha vida e minha cidade e o convívio com outros colegas ajudam (sic) a passar o tempo. (participante M.G. T, 23 anos)

Se sentir turista na cidade da gente é uma honra porque a gente sabe um pouquinho da história da cidade e quando nos tornamos turistas, a gente descobre mais porque tem mais tempo de observar os detalhes e aprende a dar mais valor à terra da gente. (participante M.H. R., 63 anos)

No fenômeno turismo, a relação identitária perpassa o *habitus* do outro, seja social ou individual. Para tanto, o lugar se estabelece como campo de valor, de poder, de escolhas, de identidade construída a partir da experiência individual e social. O lugar e seus engendramentos (pertença, memória, usos e sentidos, produto das relações humanas e de vida) pode promover

a quebra da dicotomia indivíduo e sociedade. De acordo com Alves (2019, p.35), “turismo vivo é aquele que é, em princípio, teleologia, liberdade, criatividade e tem em consideração a realidade social e cultural de cada comunidade e sujeitos envolvidos na atividade, moradores, turistas, trabalhadores”.

Quanto ao sentimento de pertença e valorização do lugar, ficou explícito que, as visitas técnicas despontaram como um direito e uma possibilidade de experimentar o turismo da cidade, essas, foram singulares no alcance dos objetivos do projeto, a apropriação da cidade pelos moradores. Tais ações despertaram sentimentos, sensações e interesses positivos ao desenvolvimento pessoal e social dos participantes do projeto. Quanto aos resultados é possível depreender que, nos diferentes espaços onde se efetivou, oportunizou vivências que promovessem o desenvolvimento humano, cognitivo, emocional das pessoas participantes e, desse modo, configurou-se como um instrumento de exercício de cidadania para mulheres e jovens que, de certo modo, encontravam-se em situação de exclusão na cidade.

Considerações Finais

A extensão universitária faz com que a universidade amplie o conceito de educação, seu foco de interesse, de investigação e de formação para além dos muros da universidade. O atendimento às demandas sinalizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, apresentou diversas opções à capilaridade da atividade turística e o envolvimento da comunidade resultou no processo participativo proposto, com base nas experiências educativas em vários pontos da cidade. O local, enquanto polis, lugar diversificado de encontro, expressa a relação do morador com a história e as tradições, com o mercado, a produção e o consumo, com os saberes e a cultura, sinaliza para a revisão dos conceitos e práticas, com vistas ao turismo vivo. As premissas da Pedagogia Social possibilitaram a construção de diálogos interativos, encontro de saberes sobre e para a comunidade participante. Logo, foram implementadas ações promotoras de processos de sensibilização e interação entre participantes e voluntários culminou em um modelo metodológico de intervenção de educação social, com aprendizagens não formais para um turismo humanizado.

Os resultados do projeto apontam também, para a importância da Pedagogia Social nos diferentes espaços, como instrumento de inclusão, socialização, lazer e o contato com a cultura local, fortalecendo o sentimento de pertença. Nessa acepção, oportunizou uma experiência extensionista em Pedagogia Social e permitiu pensar novas concepções de turismo capazes de aguçar a percepção e valorização da cultura pela comunidade e a cidade emergir em espaço de educação intra e extraclasse. Sem dúvida, no turismo, as identidades são forjadas, em espaços formais e não-formais de aprendizagens, a partir das narrativas que brotam de tempos em tempos nos fluxos migratórios, sociais, econômicos e comunicacionais.

Referências

ALVES, K. S. Turismo e gestão social para o desenvolvimento local: interesses hegemônicos e contra hegemônicos. **Relatório de Estágio pós doutoral**. CES/Portugal, 2019.

ÁVILA, V. F. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.

BAPTISTA, I. Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação. **Cadernos de Pedagogia Social**. Lisboa. Universidade Católica Editora, 2008.

BAUMAN, Z. Comunidade. **En busca de seguridad en un mundo hostil**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. in:Rodrigues, A. B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. **Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. In: BRANDÃO, C. M. STRECK, D. R. (orgs.) **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p.21-54.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996.

CABALLO VILLAR, M. B. A Cidade Educadora. **Nova perspectiva de organização e intervenção municipal**. Lisboa. Instituto Piaget, 2001.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação** - UNISAL - Americana/SP - Ano XII – n.23 - 2º Semestre, 2010.

COLAÇO, T. L. O despertar da antropologia jurídica. In: COLAÇO, Thais Luzia (Org.). **Elementos de antropologia jurídica**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

COLOM, A. **Internacionalismo pedagógico**, pedagogias de baixa densidade e educação europeia. *Revista Educare & Educere* (Castelo Branco/Portugal), nº 4 (junho), 1997.

COLOM, A. GONZALES. G. Turismo y educación: **bases para una pedagogía del turismo**. Universidad de las Islas Baleares y Universidad de La. Serena (Chile), 1993.

COSTA, H. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

EMBRATUR, **Instituto Brasileiro de Turismo**. Acesso em: agosto de 2019, disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/historia/fundacao_estrutura.html

FERREIRA, S. Empreendedorismo, capacitação e mudança social. *Boletim Vozes do Centro*, NRC REAPN, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, M.G. Educação não formal nas instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

HANNERZ, U. **Exploring the city: Inquiries towards an urban anthropology**. Nova Iorque. Columbia University Press, 1985.

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. **Análise Estrutural das Redes Sociais**. Lisboa. Instituto Piaget, 2008.

MARTINS, E. Animação [sociocultural] e educação turística e cultural nas fráguas duma pedagogia do encontro e diálogo entre saberes. In: I Congresso Internacional, Golegã, 24-26 de Abril - **Animação sociocultural: turismo, património, cultura e desenvolvimento local**: atas.2014 p. 145-154.

MELA, A. **A sociologia das cidades**. Lisboa. Editorial Estampa, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo**, [<http://www.mda.gov.br>], (Acesso em: 16 de novembro de 2019).

NINACS, W. "Le pouvoir dans la participation au développement local dans un contexte de mondialisation", in Tremblay, Marielle ; Tremblay, Pierre-André ; Tremblay, Suzanne (dir.), **Développement local, économie social et démocratie**, Québec: Presses de l'Université du Québec, p. 15-40, 2002.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ROMANS, Mercé; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. **Profissão educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos. **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social- Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 1993.

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária**, 1996. <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>] Acesso em: 2 de nov. 2019.

TOURAINE, A. **Podemos Viver Juntos?** Petrópolis: Vozes, 1999.

WENGER, E. Comunidades de prática: aprendizagens em práticas sociais, **Revista Aprender ao longo da vida**, 8, 2008.

WILLIAMS, S. **Geography tourism**. London: Routledge, 1998.

XAVIER, H. Em busca das bases fenomenológicas do turismo: proposta de um modelo para o desenvolvimento da comunidade (uma abordagem geográfica). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.14, n.22, p.86-98. jun. 2004.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DpeA- Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

_____. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Roberto Bartholo; Davi G. Sansolo; Ivan. Bursztyn (Eds.); **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

_____. **O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas**. Oikos, v. 9, p. 13-39, 2010.

Recebido em 03 de março de 2020.

Aceito em 17 de março de 2020.